

SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

Fernanda Fowler¹, Antonio Guimarães²

^{1,2}Univap/ Planejamento Urbano e Regional, Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – CEP: 12244-000, São José dos Campos – São Paulo
fefowler@yahoo.com.br, guimaraes@univap.br

Resumo- Este estudo pretende levantar a discussão sobre o saneamento básico nas cidades brasileiras através de uma correlação entre os estudos realizados sobre a história e as perspectivas do saneamento no Brasil, sobre sua origem no movimento sanitarista da década de 1850 e a colaboração das primeiras visões do planejamento urbano neste processo, e o filme, “Saneamento Básico, o filme” da Globo filmes, uma intrigante história sobre a necessidade de realizar saneamento básico para o tratamento de esgoto numa pequena vila e sobre os interesses humanos, numa perspectiva da memória coletiva e do espaço. O objetivo deste trabalho é através do filme discutir e analisar os efeitos e as origens das políticas de saneamento no Brasil.

Palavras-chave: Saneamento básico, planejamento urbano, movimento sanitarista, memória coletiva

Área do Conhecimento: Planejamento Urbano e Regional

Introdução

O Filme Saneamento Básico, traz um tema conhecido de grande parte de nosso território, a falta de saneamento. O filme se passa em uma pequena vila, onde existe uma emergência antiga de construir uma fossa para o tratamento do esgoto, ignorada pelas autoridades. Uma comissão resolve pleitear a obra através dos recursos da subprefeitura, no entanto são informados de que não há verba para saneamento básico, mas que sobra para a produção de vídeo. O grupo resolve então fazer um vídeo sobre saneamento básico, com objetivo de receber a verba e enfim realizar as obras necessárias, o que nos faz questionar como ainda hoje existam cidades sem o saneamento mínimo, como falta verba para cumprir uma função elementar do planejamento urbano como sanear?

Através do estudo sobre a origem do saneamento básico no Brasil nos remetemos à origem do planejamento urbano e, através deste tem-se a pretensão de levantar a discussão sobre os efeitos dessa origem.

O filme ainda nos revela uma novidade, quando o grupo obtém a verba para a obra e para a produção do vídeo sobre o saneamento básico, se envolve tanto com a produção que a obra vira ator coadjuvante, sendo esquecida, num final surpreendente, no qual o grupo amador ganha até prêmio e a importância da realização da obra deixa de existir, continuando os moradores a conviver com a falta de saneamento. Fazendo-nos pensar sobre o ser humano, sobre a memória coletiva e o espaço.

Assim o objetivo deste trabalho é analisar a origem do saneamento no Brasil, bem como seus efeitos sobre o pensamento atual da população.

Metodologia

Para elaboração deste artigo foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os seguintes assuntos: Planejamento urbano, ideologia sanitarista no Brasil e no mundo, cortiços e epidemias na corte imperial, a transição do cortiço à favela, habitação, memória coletiva e o espaço, a lógica do pedaço, afim de realizar um revisão de literatura sobre o tema, buscando uma conclusão sensata.

Primeiramente tentou-se explicar as origens do processo de planejamento urbano no Brasil e no mundo, a partir daí passamos a analisar como foi tratada a questão do saneamento básico desde os tempos imperiais, com o objetivo de analisarmos o filme. No resultado apresenta-se uma discussão sobre a lógica do pedaço e a memória coletiva do espaço afim de tentar entender o desfecho final do filme quando a causa do saneamento deixa de ser importante para o grupo.

Resultados

O surpreendente final do filme fez pensar porque a causa do saneamento foi abandonada depois de todo o esforço para conseguir a verba, como esquecer um mal cheiro tão presente na vida daquele grupo, para entender podemos nos remeter ao conceito de memória coletiva e de pedaço.

Para Magnani (2000), o pedaço é um segmento do espaço, demarcado, que se torna um ponto de referência para distinguir determinado grupo de freqüentadores como pertencentes a uma rede de relações, o pedaço é ao mesmo tempo resultado de práticas coletivas, entre as quais o lazer e condição para seu exercício e fruição, existindo ali um reforço dos laços de sociabilidade envolvendo família, amigos, colegas (no âmbito do pedaço) e desconhecidos (fora do pedaço). A memória coletiva sempre se desenvolve num quadro espacial e sobre aquele espaço faz surgir certa categoria de lembranças, no filme aquele pedaço foi ocupado pelo grupo e recebeu sua marca, ali foram criadas novas relações sociais e o local passou a ter significado para o grupo, passando a fazer parte do universo daquelas pessoas, cujas lembranças se ligam a imagem da fossa, e pelo fato de não querer que essas lembranças fossem apagadas para sempre, a fossa passou a ter uma razão de existir.

Discussão

Segundo Campos Filho (2001), inicialmente a preocupação básica do planejamento urbano no Brasil foi com as condições sanitárias dos bairros e das habitações. O urbanismo sanitarista surgiu na Europa e nas grandes cidades norte americanas em meados do século XVIII, com uma crescente preocupação em alargar os espaços centrais, no Brasil o processo de urbanização teve como base as experiências européias, sua atuação se deu, muitas vezes, de modo a aumentar a participação relativa de um determinado setor de serviços de urbanização, no que se refere ao valor dos investimentos a ele destinados, outras vezes, agem no sentido de defender interesses imobiliários através do controle do valor do solo, seja pelo investimentos públicos, seja pelas leis urbanísticas, manejadas convenientemente para isso. Com essa atitude, deixam de lado preocupações com o conjunto da cidade, como os problemas sociais, a falta de habitação, de equipamentos públicos, de saneamento básico e questões relativas a qualidade de vida da população.

A questão central do filme trata de um problema urbano que sempre existiu, a falta de saneamento começou a incomodar na década de 1850, quando se deu a proliferação de cortiços na cidade do Rio de Janeiro, e esteve diretamente ligada ao aumento do fluxo de imigrantes portugueses, aumento de alforrias obtidas pelos escravos e aumento no número de escravos que viviam "sobre si" que era uma maneira dos senhores não precisarem mais sustentar seus escravos, os quais, faziam empreitadas para conseguir sua subsistência e utilizavam as habitações coletivas como alternativa de se viver

na Corte, este modelo também contribuiu muito para a fôlência da instituição da escravidão.

Segundo Chalhoub (1996), na época foi construída uma noção de 'classe pobre' como sendo uma 'classe perigosa', pois as mesmas ofereciam problemas quanto a organização do trabalho, a manutenção da ordem pública e ainda os pobres ofereciam também o perigo de contágio, houve o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, sendo focos de irradiação de epidemias e propagação de todos os tipos de vícios. Epidemias de febre amarela e de colera, colocaram em questão a salubridade pública, em especial, as condições higiênicas das habitações coletivas, a partir daí foi criada uma Junta Central de Higiene, órgão do governo imperial encarregado de zelar as questões da saúde pública, porém em termos de responsabilidade pública com as questões de saneamento básico da cidade, não houve avanços, pois este órgão se ateve unicamente à questões relacionandas a higiene dos cortiços, até mesmo os textos legais de posturas sociais e higiênicas da época tratavam unicamente do assunto colocando-o como responsabilidade do construtor e não como obrigação do poder público de sanear.. Nas próximas décadas a ideologia foi purificar a cidade, para isso promoveu-se a política de expulsão das 'clases pobres' ou 'classes perigosas' das áreas centrais da cidade, pode-se notar que os esforços da época eram para varrer a sujeira e não para resolver o problema da falta de saneamento e os outros que o acompanhavam.

Segundo Santos (1985), com a instalação do governo republicano a ideologia da higiene tomou proporção e a questão das habitações coletivas esteve sempre no centro das controvérsias, as outras questões como a saúde, nutrição, salubridade da população, assim como a higiene das casas particulares continuavam prejudicadas.

Na década de 1890 a ideologia higienista atinge seu auge, contando com episódios públicos de intervenção num processo erradicação dos cortiços cariocas. O efeito disso, algo insquecível: nem bem se anunciava o fim dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas. Mas os interesse econômicos também se encontravam na origem dessa guerra e, até mesmo, da ideologia higienista, afinal a especulação imobiliária em torno dos terrenos crescia exponencialmente, e a política de erradicação beneficiou os grandes empresários, que tinham interesse na localização dos imóveis, Chalhoub (1996).

Segundo Flavio Vilaça ao analisarmos os Código de Posturas Municipais do Município de São Paulo de 1886, pode-se verificar uma série de regulamentações que nada tinham haver com o combate à epidemias, nem com a proteção à

saúde pública, mas sim com o afastamento dos cortiços das áreas centrais.

Para Santos (1985), a ideologia higienista continuou a ser deflagrada durante toda a república, se estendeu para os sertões do país e a reforma sanitária passou a ser o objetivo nacional. Através desta ideologia buscava-se criar uma identidade nacional baseada no modelo europeu, tentando apagar o passado escravocrata, porém as frequentes epidemias atrapalhavam estes objetivos, assim sanear tornou-se a grande questão, e controlar as epidemias passa a ser o objetivo mais importante, até mesmo que o tratamento efetivo das causas das mesmas, que consistia na falta de saneamento básico nas cidades brasileiras. Assim sanear passou a ser basicamente curar doenças epidêmicas. O movimento perdeu sua importância após os anos 30 quando houve a burocratização e a estatização das questões de saúde pública com a criação do Ministério da Saúde e da Educação e os objetivos nacionais passaram a ser outros como a defesa das fronteiras, com esta mudança na ideologia nacional não se falava mais no controle de epidemias e muito menos em saneamento básico.

Podemos notar que até o final da república não houve nenhum avanço em termos de políticas de saneamento básico no Brasil, segundo Flavio Villaça (1986), apenas nos anos 70 é que houve os primeiros investimentos expressivos em desenvolvimento urbano, especialmente em saneamento, nesta época foi criado um Plano Nacional de Saneamento, no qual, o principal objetivo era ligar a rede pública de abastecimento de água às residências brasileiras, o que foi feito com sucesso, porém os outros problemas referentes a falta de saneamento básico nas cidades brasileiras permaneceram e a estatização destes serviços tornou-os muito mais onerosos para a população.

Conclusão

Assim, como demonstrado no filme, resolver o problema de falta de saneamento básico é uma questão ignorada no panorama histórico brasileiro, sempre preferiu-se contornar seus efeitos ao invés de tratar suas causas, ainda hoje a falta de saneamento atinge diversas localidades brasileiras, só nos anos 30 foi entendida como responsabilidade do Estado, mas apenas nos anos 70 houve uma atitude estatal em relação a mesma, porém sem grande efetividade. A gestão participativa tem tendenciado a uma melhora, contudo conforme ilustrado no filme, muitas vezes sobra recurso para produção de vídeo, mas falta para saneamento.

No que tange ao abandono da causa do saneamento pelo grupo de moradores da vila, ocorre que com o vídeo aquele pedaço passa a ter

um significado especial para o grupo, e remete à lembranças que o grupo não quer esquecer para isso deixa intacto o local, não realizando as tão necessárias obras de saneamento.

Referências

- CAMPOS FILHO, C. M. Cidade brasileiras seu controle ou caos. Nobel, 2001.
- CHALHOUB, S. Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial - São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade, fazendo a antropologia da metrópole. São Paulo, 2000.
- SANTOS, L. A. C. O pensamento sanitário na primeira república: uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.
- VILLAÇA, F. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. Cadernos de educação política. Série sociedade e estado. Global, 1986.